

A trajetória da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) no Paraná (1965-1979)

The trajectory of National Renewing Alliance in Paraná (1965-1979)

Alessandro Batistella*

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4606-8249>

Resumo

Em outubro de 1965, por meio do Ato Institucional nº 2 (AI-2), a ditadura militar extinguiu os partidos políticos e o sistema pluripartidário em vigência no país desde 1945, criando um novo sistema partidário, o bipartidarismo, que durou até o fim de 1979, caracterizando-se pela existência de um partido governista, denominado de Aliança Renovadora Nacional (ARENA), e de um partido opositorista, denominado Movimento Democrático Brasileiro (MDB). No presente artigo, pretende-se analisar o processo de organização e a trajetória da ARENA no Paraná entre os anos de 1965 a 1979, examinando as disputas internas pelo poder, sobretudo entre Ney Braga e Paulo Pimentel, e os resultados eleitorais do partido no Paraná.

Palavras chave: ARENA; Paraná; bipartidarismo; ditadura militar; partidos políticos.

Abstract

In October 1965, through Institutional Act No. 2 (AI-2), the military dictatorship extinguished the political parties and multi-party system in force in the country since 1945, creating a new party system, bipartisanship, which lasted until the end of 1979, characterized by the existence of a governing party called the National Renewing Alliance (ARENA), and an opposition party, the Brazilian Democratic Movement (MDB). This article aims to analyze the process of organization and the trajectory of the ARENA in Paraná from 1965 to 1979, examining the internal power struggles, especially between Ney Braga and Paulo Pimentel, and the electoral results of the party in the state of Paraná.

Keywords: ARENA; Paraná; bipartisanship; military dictatorship; political parties.

*Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor Adjunto do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF). E-mail: alessandrobattistella@yahoo.com.br

Considerações Iniciais

Em 27 de outubro de 1965, a ditadura militar decretou o Ato Institucional nº 2 (AI-2), extinguindo os partidos políticos e o pluripartidarismo vigente no país desde 1945, implantando um novo sistema partidário com dois ou, no máximo, três partidos políticos. No entanto, as exigências legais, na prática, possibilitaram a criação de apenas dois partidos, dando início ao bipartidarismo, que durou até o final de 1979.

Se, por um lado, interessava à ditadura criar um forte partido de apoio ao regime, que lhe garantisse uma base parlamentar sólida, por outro, também era interessante permitir a criação de um pequeno, fraco, dócil e “bem comportado” partido oposicionista. Desse modo, foram organizados o partido governista, denominado de Aliança Renovadora Nacional (ARENA), e o partido oposicionista, denominado Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

No entanto, a organização do grande partido governista revelou-se uma difícil tarefa, uma vez que era necessário aglutinar em uma mesma organização partidária grupos heterogêneos de diferentes tendências políticas, oriundos dos extintos partidos, cujos interesses e rivalidades, sobretudo em nível estadual e local, eram difíceis de conciliar. Assim, diante das dificuldades apresentadas, criou-se o sistema das sublegendas – por meio do Ato Complementar 4 (AC-4), de 20 de novembro de 1965 –, que constituía em um mecanismo que comportava a formação de grupos adversários dentro de um mesmo partido para concorrer às eleições majoritárias, isto é, cada partido poderia apresentar até três candidatos, permitindo que as lideranças dos antigos partidos pudessem disputar os votos dos eleitores nas eleições para as prefeituras do interior¹ e para o Senado.² No sistema das sublegendas, os votos dados às sublegendas partidárias eram somados e a totalidade dos votos era atribuída ao candidato mais votado do partido.

No que tange ao partido oposicionista, organizá-lo não foi também uma tarefa fácil, uma vez que a oposição encontrava-se fragilizada após as séries de cassações empreendidas pelo AI-1.³ Além das divergências político-ideológicas,

¹ Em virtude do AI-3 de 5 de fevereiro de 1966, os prefeitos das capitais passaram a ser nomeados pelos governadores, que passaram a ser eleitos indiretamente. Portanto, as eleições de 3 de outubro de 1965, nas qual foram eleitos os novos governadores de 11 estados, foram as últimas eleições diretas aos governos estaduais. As eleições diretas para os governos estaduais só retornaram em 1982.

² GRINBERG, Lucia. *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009, p. 63.

³ Decretado no dia 9 de abril de 1964, o AI-1 deu início à “Operação Limpeza”, cassando os mandatos de parlamentares (e suspendendo os seus direitos políticos por dez anos) acusados de subversão ou de corrupção.

outro fator que dificultava a criação de um partido oposicionista era o fato que este não seria muito atraente para aqueles que buscavam alguma proximidade com o poder.⁴

No final de 1965 e início de 1966, ARENA e MDB procuraram se organizar a partir da filiação dos deputados federais e senadores, conforme a exigência do Ato Complementar 4 (AC-4, decretado em 20 de novembro de 1965), que estabeleceu as normas para a criação dos novos grupos políticos. Dessa forma, a ARENA contou com a adesão de 257 (62,8%) deputados federais e 44 (67,7%) senadores, enquanto ingressaram no MDB 149 (36,5%) deputados federais e 21 (32,3%) senadores.⁵ Portanto, a ARENA praticamente controlava dois terços do Congresso, correspondendo aos objetivos da ditadura.

Utilizando-se da estrutura partidária da extinta União Democrática Nacional (UDN), a ARENA incorporou os antigos udenistas e grande parte do antigo Partido Social Democrático (PSD) (cuja estrutura – composta de homens e diretórios em todo o país – era um capital político indispensável ao governo), além de políticos, oriundos de outros partidos, alinhados com o regime. Por sua vez, o extinto Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) constituiu o principal bloco dentro do MDB, que também recebeu um considerável número de ex-pessedistas. De toda forma, em virtude do modo pelo qual foi estabelecido o bipartidarismo, tanto a ARENA quanto o MDB foram caracterizados pela confluência das mais variadas tendências que, por razões de sobrevivência política, foram obrigadas a conviver dentro de um mesmo partido.⁶

Durante o período de novembro de 1965 a março de 1966, ambos os partidos procuraram organizar os seus diretórios nacionais e estaduais, além das Comissões Executivas e dos programas e estatutos partidários. O senador Daniel Krieger (ex-UDN/RS) foi o primeiro presidente da Comissão Executiva Nacional da ARENA.⁷ Em 24 de março de 1966, a ARENA e o MDB foram reconhecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O MDB foi oficialmente instalado no dia 30 de março de 1966, enquanto a ARENA foi oficialmente instalada no dia seguinte, 31 de março, no aniversário de dois anos da “Revolução de 1964”⁸.

⁴ KINZO, Maria D’Alva Gil. *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)*. São Paulo: Vértice, 1988, p. 29.

⁵ KINZO, op. cit., p. 32-35.

⁶ KINZO, op. cit., p. 31.

⁷ GRINBERG, op. cit., p. 70.

⁸ Convém ressaltar que, na época, os golpistas civis e militares chamaram o golpe de 1964 de “revolução” e o governo ditatorial instituído a partir 1964 de “revolucionário”.

No presente artigo, pretende-se analisar o processo de organização e a trajetória da ARENA no Paraná entre os anos de 1965 a 1979,⁹ examinando as disputas internas pelo poder, sobretudo entre Ney Braga e Paulo Pimentel, e os resultados eleitorais do partido no Paraná.

A gênese da ARENA no Paraná

No Paraná, o processo de organização da ARENA foi coordenado pelo ex-governador e então ministro Ney Braga, líder da “revolução de 1964” no estado.¹⁰ Próximo do marechal-presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, Ney Braga – obteve êxito na tarefa de organizar um forte partido governista no Paraná, atraindo para a ARENA paranaense não somente os políticos alinhados com o regime, mas também cooptando políticos até então opositoristas. Dessa forma, 17 (68%) deputados federais paranaenses ingressaram na ARENA, que contou também com a adesão de dois senadores e de 38 (84,5%) deputados estaduais.

Quadro 1: Alinhamento dos parlamentares paranaenses à ARENA e ao MDB (1965-1966)

| | Senado | Câmara dos Deputados | Assembleia Legislativa |
|--------------|-----------|----------------------|------------------------|
| ARENA | 2 (66,6%) | 17 (68%) | 38 (84,5%) |
| MDB | 1 (33,3%) | 8 (32%) | 5 (11,1%) |
| Não filiados | ----- | ----- | 2 (4,4%) |
| Total | 3 (100%) | 25 (100%) | 45 (100%) |

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

⁹ Para maiores detalhes acerca do bipartidarismo no Paraná, ver: BATISTELLA, Alessandro. *A ditadura militar e o bipartidarismo: gênese e trajetória da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) no Paraná (1965-1982)*. Curitiba: CRV, 2019.

¹⁰ Ney Braga foi eleito governador em 1960 pelo Partido Democrata Cristão (PDC). Durante o governo de João Goulart (1961-1964), Ney Braga rompeu com o presidente no final de 1963 e se aliou aos governadores Carlos Lacerda, da Guanabara, José de Magalhães Pinto, de Minas Gerais, Adhemar de Barros, de São Paulo, Ildo Meneghetti, do Rio Grande do Sul, entre outros, na conspiração que resultou no golpe civil-militar de 1964, que depôs Jango da presidência da República (Cf. BATISTELLA, Alessandro. *O Partido Trabalhista Brasileiro no Paraná (1945-1965)*. Curitiba: UFPR, 2016). Em novembro de 1965, Ney Braga foi convidado pelo marechal-presidente Castelo Branco a assumir o Ministério da Agricultura, renunciando ao governo paranaense.

Quadro 2: Filiação à ARENA e ao MDB paranaenses (1965-1966): origem partidária

| Partidos Extintos | Câmara dos Deputados | | | Assembleia Legislativa | | | |
|----------------------------------------|----------------------|------|-------|------------------------|------|--------------|-------|
| | ARENA | MDB | Total | ARENA | MDB | Não filiados | Total |
| Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) | 2 | 7 | 9 | 7 | 5 | ---- | 12 |
| Partido Social Democrático (PSD) | 7 | ---- | 7 | 7 | ---- | ---- | 7 |
| União Democrática Nacional (UDN) | 5 | ---- | 5 | 7 | ---- | 1 | 8 |
| Partido Democrata Cristão (PDC) | 2 | 1 | 3 | 12 | ---- | ---- | 12 |
| Partido de Representação Popular (PRP) | 1 | ---- | 1 | 1 | ---- | 1 | 2 |
| Partido Trabalhista Nacional (PTN) | ---- | | ---- | 2 | ---- | ---- | 2 |
| Partido Republicano Trabalhista (PRT) | ---- | ---- | ---- | 1 | ---- | ---- | 1 |
| Partido Republicano (PR) | ---- | ---- | ---- | 1 | ---- | ---- | 1 |
| Total | 17 | 8 | 25 | 38 | 5 | 2 | 45 |

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

O processo de formação da ARENA no Paraná não somente confirmou o prestígio e a influência política que Ney Braga detinha no estado, mas também que a grande maioria dos parlamentos paranaenses (em nível federal e estadual) não hesitaram em se alinhar ao governista, seja por afinidade ideológica, seja por conveniência política.

Acerca da presidência da Comissão Executiva da ARENA paranaense, o ministro Ney Braga e o governador eleito Paulo Pimentel¹¹ – ambos impossibilitados de assumir a presidência da ARENA do Paraná¹² –, em um primeiro momento, se mostravam favoráveis ao nome do empresário Jayme Canet

¹¹ Nas eleições de 3 de outubro de 1965, Ney Braga conseguiu eleger o seu sucessor, Paulo Pimentel, então secretário da Agricultura, que derrotou o ex-governador Bento Munhoz da Rocha Neto.

¹² Ney Braga, ministro da Agricultura, e Paulo Pimentel, que assumiria o governo estadual em 31 de janeiro de 1966, estavam impossibilitados de assumir a presidência da ARENA paranaense, pois a Lei Orgânica dos Partidos Políticos (Lei nº 4.740, de 15 de julho de 1965) vedava que presidente, ministros, governadores, prefeitos e secretários de Estado assumissem funções executivas nos diretórios dos partidos.

Júnior. No entanto, Canet mostrava-se disposto a recusar a indicação, pois havia sido escolhido por Pimentel para dirigir o Banestado.¹³ Posteriormente, o nome do governador interino Algacyr Guimarães¹⁴ – homem de confiança de Ney Braga – começou a ganhar força para assumir a presidência da ARENA do Paraná após a posse de Paulo Pimentel, em 31 de janeiro de 1966. Dessa forma, Algacyr Guimarães, foi eleito o primeiro presidente da ARENA paranaense, em 18 de fevereiro de 1966.¹⁵

Contudo, a ARENA paranaense enfrentou, desde os seus primeiros meses de existência, sucessivas crises internas. A principal delas em decorrência da disputa entre o ministro Ney Braga e o governador Paulo Pimentel pelo controle do partido. No início do governo de Pimentel, a influência de Ney Braga era muito forte, com a presença do grupo neysta integrando a maior parte do governo. No entanto, as disputas para ocupar os espaços da administração estadual criou um clima de tensão entre os neystas e os setores mais próximos do governador (os pimentelistas). Além disso, Paulo Pimentel começou a se opor a ingerência de Ney Braga em seu governo e foi, aos poucos, estabelecendo uma independência em relação ao seu patrono político.¹⁶

A ARENA do Paraná e a sucessão presidencial: entre Costa e Silva e Ney Braga

A partir do final de 1965, o tema da sucessão presidencial acentuou-se. O general Arthur da Costa e Silva, ministro da Guerra, fortaleceu-se politicamente e era visto como a única solução capaz de manter a unidade das Forças Armadas.¹⁷ Entretanto, como o nome de Costa e Silva contrariava as perspec-

¹³ Entretanto, Jayme Canet Júnior, após se desentender com Paulo Pimentel, pediu demissão do Banestado em agosto de 1966, rompendo relações com o governador, que passou a ser seu grande desafeto político e pessoal. In: REBELO, Vanderlei. *Ney Braga, a política como arte*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2004, p. 243.

¹⁴ Convidado pelo marechal-presidente Castelo Branco a assumir o Ministério da Agricultura em novembro de 1965, Ney Braga condicionou o seu aceite somente se o vice-governador Afonso Alves de Camargo Neto (que estava rompido com Ney Braga) também renunciasse. Assim, após uma série de negociações, Ney Braga e Afonso Alves de Camargo Neto entregaram as suas cartas de renúncia à Assembleia no dia 17 de novembro de 1965. Posteriormente, Ney Braga articulou para que a Assembleia elegeisse, de forma indireta, Algacyr Guimarães, seu secretário da Fazenda, governador interino do Paraná até a posse de Paulo Pimentel, marcada para 31 de janeiro de 1966.

¹⁵ *Gazeta do Povo*, 19 fev. 1966, p. 3.

¹⁶ KUNHAVALIK, José Pedro. Ney Braga: trajetória política e bases do poder. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa (Org.). *A construção do Paraná moderno: políticos e política no governo do Paraná de 1930 a 1980*. Curitiba: SETI, 2004, p. 336.

¹⁷ MARTINS FILHO, João Roberto. *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Carlos: EDUFSCar, 1995, p. 74-75.

tivas do grupo castelista para a sucessão presidencial, o marechal-presidente Castelo Branco propôs que o único canal legítimo para o encaminhando das candidaturas deveria ser via ARENA, que deveria realizar uma consulta nos seus diretórios regionais para indicar os seus candidatos em uma lista composta por Costa e Silva, Ney Braga, Bilac Pinto, Adhemar de Queiroz, Etelvino Lins e Osvaldo Cordeiro de Farias (que posteriormente pediu para o seu nome ser retirado das consultas).¹⁸

No entanto, a candidatura de Costa e Silva era irreversível e as consultas aos diretórios estaduais da ARENA tinham um final previsível. Apesar disso, Vanderlei Rebelo diz que Ney Braga, homem de confiança de Castelo Branco, aceitou participar das consultas arenistas para não melindrar o marechal-presidente, já decepcionado com a atitude de Cordeiro de Farias.¹⁹

Em abril de 1966, o governador Paulo Pimentel foi convidado a se encontrar com o general Costa e Silva em Brasília. Segundo o depoimento de Paulo Pimentel ao jornalista Hugo Sant’Ana, Costa e Silva solicitou que o governador paranaense convencesse Ney Braga a desistir da candidatura presidencial e aceitasse ser seu vice. No entanto, de acordo com Pimentel, a proposta foi mal recebida por Ney Braga.²⁰ Em suma, o episódio estremeceu ainda mais a relação entre Ney Braga e Paulo Pimentel, que, após o encontro com Costa e Silva, passou a apoiar a candidatura do ministro da Guerra.

Além de Paulo Pimentel, outros parlamentares paranaenses também hipotecaram apoio à candidatura de Costa e Silva, como o senador Adolpho de Oliveira Franco e alguns deputados federais arenistas, que se manifestavam publicamente a favor de uma chapa formada por Costa e Silva e Ney Braga, tentando convencer o ministro a aceitar a vice-presidência. Porém, Ney Braga – que não escondia a sua mágoa com alguns políticos paranaenses, sobretudo Paulo Pimentel e Adolpho de Oliveira Franco, que apoiavam publicamente a candidatura de Costa e Silva²¹ – não aceitou a aliança, uma vez que ele era alinhado a Castelo Branco, Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva (grupo conhecido como “Sorbonne militar”).

No dia 23 de abril de 1966, o diretório da ARENA paranaense se reuniu para escolher o nome do candidato à sucessão presidencial, indicando dois

¹⁸ CHAGAS, Carlos. *A guerra das estrelas (1964-1984): os bastidores das sucessões presidenciais*. 4. ed. Porto Alegre: L&PM, 1985, p. 101.

¹⁹ REBELO, op. cit., p. 233-234.

²⁰ SANT’ANA, Hugo. *Paulo Pimentel: momentos decisivos*. Curitiba: Travessa dos Editores, 2008, p. 128-133.

²¹ *Gazeta do Povo*, 20 abr. 1966, p. 3.

nomes: Ney Braga (41 votos) e Arthur da Costa e Silva (34 votos).²² O governador Paulo Pimentel votou em Costa e Silva e Ney Braga. Embora Pimentel quisesse votar apenas em Costa e Silva, acabou incluindo Ney Braga em seu voto por pressão dos correligionários neystas.²³

Dessa forma, no final de abril de 1966, Costa e Silva já era considerado o sucessor de Castelo Branco, pois o seu nome foi indicado por quase todos os diretórios arenistas no país, enquanto Ney Braga foi o segundo mais votado pelos diretórios da ARENA.²⁴ Compelido a aceitar a candidatura de Costa e Silva, o marechal-presidente Castelo Branco, indicou Pedro Aleixo (deputado federal, ex-UDN/MG e ministro da Educação) para a vice-presidência e Costa e Silva a aceitou sem maiores ponderações.²⁵ Posteriormente, a convenção nacional da ARENA, realizada no dia 26 de maio de 1966 em Brasília, homologou as candidaturas de Costa e Silva e Pedro Aleixo.²⁶ Assim, na eleição presidencial indireta, realizada em 3 de outubro de 1966 no Congresso Nacional, Costa e Silva foi eleito com 295 votos. O MDB, que não havia apresentado candidato, não compareceu em sinal de protesto.²⁷

Entretanto, após a eleição presidencial indireta de outubro, o governo Castelo Branco enfrentou uma crise política com o Congresso, que se insurgiu contra as cassações de seis deputados pelo AI-2. Em resposta, no dia 20 de outubro, Castelo Branco decretou, por meio do AC-23, o recesso do Congresso até o dia 22 de novembro. Dessa forma, o Congresso permaneceu fechado por 32 dias.

E foi nesse contexto que ocorreram as eleições parlamentares, em 15 de novembro. Nesse pleito, a ARENA, em nível nacional, ampliou o número de cadeiras em relação ao MDB. Para o Senado, a ARENA elegeu 18 senadores contra quatro do MDB. Na Câmara dos Deputados, a ARENA elegeu 277 (67,7%) deputados contra 132 (32,2%) do MDB.²⁸ No Paraná, a ARENA também obteve um excelente resultado, elegendo Ney Braga ao Senado,²⁹ 20 deputados federais e 37 deputados estaduais. Por sua vez, o MDB elegeu apenas cinco deputados federais e oito deputados estaduais.

²² *Gazeta do Povo*, 24 abr. 1966, p. 1 e 3.

²³ REBELO, op. cit., p. 234.

²⁴ *Gazeta do Povo*, 29 abr. 1966, p. 1.

²⁵ CHAGAS, op. cit., p. 102.

²⁶ *Gazeta do Povo*, 27 maio 1966, p. 3.

²⁷ *Gazeta do Povo*, 4 out. 1966, p. 1 e 3.

²⁸ KINZO, op. cit., p. 74.

²⁹ Ney Braga derrotou os candidatos emedebistas Nelson Maculan e Afonso Alves de Camargo Neto.

As disputas entre neystas e pimentelistas na ARENA paranaense

Após as eleições parlamentares de 1966 surgiram vozes na ARENA do Paraná sugerindo uma renovação da Executiva estadual. Soma-se a isso o fato de que as divergências entre os grupos neystas e pimentelistas se tornariam ainda mais acentuadas no interior do partido, levando-o a enfrentar sucessivas crises.

Com a ascensão de Costa e Silva à presidência da República, Ney Braga, vinculado ao grupo castelista, deixou o Ministério da Agricultura e assumiu o seu mandato de senador, sendo substituído na pasta por Ivo Arzua, ex-prefeito de Curitiba, indicado pelo governador Paulo Pimentel, que havia se aliado a Costa e Silva, fortalecendo-se politicamente e passando a rivalizar com Ney Braga pelo controle político do Paraná e da ARENA paranaense.

No final de 1966, o grupo de deputados pimentelistas passou a pressionar pela renúncia coletiva da Executiva estadual da ARENA, uma vez que Algacyr Guimarães dedicava-se integralmente à direção do DNER. Contudo, a tese da renúncia coletiva não vingou na ARENA, sendo rechaçada pela maioria dos membros da Executiva estadual.

A partir de junho de 1967, as tensões entre os grupos pimentelistas e neystas tornaram-se mais agudas em virtude da saída do neysta Saul Raiz da Secretaria de Viação e Obras Públicas, que azedou definitivamente o relacionamento de Ney Braga com Paulo Pimentel. Em seguida, os pimentelistas, visando à presidência do partido, passaram a pressionar novamente pela substituição de Algacyr Guimarães.³⁰ Um novo episódio de atritos envolvendo Ney Braga e Paulo Pimentel eclodiu em outubro de 1967, quando Ney Braga se lançou como candidato à sucessão do governo estadual em 1970.³¹ Imediatamente, Paulo Pimentel respondeu às pretensões do senador, afirmando que havia outros potenciais candidatos no Paraná, inclusive citando o nome de Ivo Arzua.³²

O AI-5 e as cassações de parlamentares paranaenses

A partir do final de 1967, capitaneado pela Frente Ampla,³³ a oposição ao governo Costa e Silva começou a ganhar volume. Porém, a proibição da Frente

³⁰ *Gazeta do Povo*, 25 jul. 1967, p. 3.

³¹ *Gazeta do Povo*, 13 out. 1967, p. 3.

³² *Gazeta do Povo*, 14 out. 1967, p. 3.

³³ Carlos Lacerda, um dos principais articuladores do golpe civil-militar de 1964 e que ambicionava chegar

Ampla, em abril de 1968, não estancou o crescente movimento oposicionista à ditadura, caracterizado pela intensificação do movimento estudantil, pela eclosão de movimentos grevistas e pelas críticas de setores da Igreja e de parlamentares emedebistas. Dessa forma, desde o final de março de 1968, o país passou a viver sob a ameaça da decretação do Estado de sítio e do fechamento do regime.

No final do ano, após a derrota da ditadura no Congresso no caso Márcio Moreira Alves,³⁴ o general-presidente Arthur da Costa e Silva convocou, no dia 13 de dezembro, o Conselho de Segurança Nacional. A reunião, que contou com a presença do general-presidente Costa e Silva, do vice-presidente Pedro Aleixo e mais 22 membros do governo³⁵ resultou a edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5). O AI-5 acentuou ainda mais o caráter ditatorial do regime que havia iniciado em 1964, dando amplos poderes discricionários, por tempo ilimitado, ao general-presidente, que poderia legislar por decreto, cassar mandatos eletivos, suspender direitos políticos, demitir ou aposentar juízes e outros funcionários públicos, decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores por Ato Complementar. O AI-5 ainda previa outras medidas autoritárias, como, por exemplo, a suspensão do *habeas corpus* e o julgamento de crimes políticos em tribunais militares

à presidência da República, rompeu com o marechal-presidente Castelo Branco a partir do momento que viu as suas pretensões serem ceifadas, sobretudo a partir do AI-2 e com o estabelecimento das eleições indiretas à presidência da República. Após o AI-2, Lacerda optou em não ingressar na ARENA e tentou articular a criação de um terceiro partido, denominado Partido da Renovação Democrática (PAREDE), que teve o seu registro indeferido pela Justiça Eleitoral em maio de 1966. A partir do segundo semestre de 1966, Lacerda ingressou definitivamente ao lado das forças oposicionistas e passou a ser um dos principais articuladores de um movimento de oposição à ditadura denominado Frente Ampla, que aglutinaria Carlos Lacerda e os ex-presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart.

³⁴O deputado Márcio Moreira Alves, indignado com a repressão policial contra as manifestações estudantis e a violenta ocupação militar da Universidade de Brasília (UnB) no final de agosto, fez um discurso no Congresso, no dia 2 de setembro de 1968, no qual criticou o Exército e os abusos praticados pelos órgãos de segurança. O deputado, que era jornalista e autor do livro *Torturas e torturados*, solicitou que os estudantes boicotassem o desfile do dia 7 de setembro e que as moças boicotassem os jovens oficiais. Além disso, em seu discurso, Márcio Moreira Alves chamou os policiais de bando de facínoras e fez referência ao Exército como um valhacouto de torturadores (In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 38, n. 79, 2018, p. 201). Entretanto, os ministros militares das três Armas, no dia 13 de setembro de 1968, consideraram o discurso ofensivo às Forças Armadas e exigiram que os deputados Márcio Moreira Alves e Hermano Alves (MDB/GB) – acusado de ter publicado artigos, no jornal carioca *Correio da Manhã*, também considerados difamatórios às Forças Armadas – fossem processados na Lei de Segurança Nacional. Desse modo, a partir de setembro de 1968, a ditadura passou a pressionar a Câmara dos Deputados para conceder a licença – conforme previa a Constituição de 1967 – para processar os deputados emedebistas, dando início a uma crise entre os poderes Executivo e Legislativo, que, em seção extraordinária realizada no dia 12 de dezembro, negou o pedido para processar Márcio Moreira Alves e Hermano Alves.

³⁵ Participaram da reunião todos os ministros de Estado e chefes militares.

sem direito a recurso. Portanto, o AI-5 representou a amplificação do recurso à repressão (que já vinha sendo praticada e estruturada desde 1964) a qualquer movimento de oposição à ditadura, uma vez que se tornou um instrumento punitivo a ser utilizado a qualquer momento e contra quem quer que fosse considerado inimigo do regime.

No final da noite do dia 13 de dezembro, o ministro da Justiça Luís Antônio da Gama e Silva anunciou, em cadeia de rádio e televisão, a decretação do AI-5 e do AC-38, que determinou o recesso do Congresso por tempo indeterminado.³⁶ No dia seguinte, Daniel Krieger (presidente da Executiva nacional da ARENA), Ney Braga e mais 19 senadores³⁷ arenistas protestaram contra o AI-5 por meio de um telegrama enviado a Costa e Silva. Posteriormente, temendo represálias, alguns dos senadores signatários enviaram outro telegrama a Costa e Silva apoiando o AI-5. Porém, Daniel Krieger (que renunciaria à presidência da Executiva nacional da ARENA no início de 1969) e Ney Braga não estavam entre os signatários do novo telegrama. Como Ney Braga não era próximo de Costa e Silva e nem dos militares da “linha dura”, a sua cassação chegou a ser cogitada pela cúpula do governo.

Também temendo ser cassado, em virtude de ter se manifestado favorável ao retorno das eleições diretas, o governador Paulo Pimentel se posicionou favorável ao AI-5. Por meio de um telegrama enviado ao general-presidente Costa e Silva, no dia 17 de dezembro, Pimentel expressou a sua “confiança nos propósitos irreversíveis da Revolução”, manifestando o seu apoio integral a Costa e Silva. No mesmo dia, a bancada arenista da Assembleia Legislativa do Paraná também enviou um telegrama a Costa e Silva hipotecando o seu apoio ao AI-5.³⁸

No dia 20 de dezembro de 1968, a ditadura decretou o AC-39, que regulamentava as cassações de mandatos, aposentadorias, demissões e suspensão dos direitos políticos por 10 anos. Assim, no dia 30 de dezembro teve início à

³⁶O Congresso ficou em recesso de dezembro de 1968 a outubro de 1969. Após mais de dez meses em recesso, o Congresso voltou a funcionar em 22 de outubro de 1969 para, no dia 25 de outubro, eleger indiretamente o general Emílio Médici presidente da República.

³⁷Assinaram o documento os senadores arenistas Daniel Krieger, Ney Braga, Carvalho Pinto, Milton Campos, Gilberto Marinho (presidente do Senado), Eurico Resende, Manoel Vilaça, Wilson Gonçalves, Aloísio de Carvalho Filho, Antônio Carlos Konder Reis, Mem de Sá, Rui Palmeira, Teotônio Vilela, José Cândido Ferraz, Leandro Maciel, Vitorino Freire, Arnon de Mello, Clodomir Millet, José Guimard, Waldemar Alcântara e Júlio Leite. In: GRINBERG, op. cit., p. 127-128.

³⁸*Gazeta do Povo*, 18 dez. 1968, p. 3.

série de cassações, que atingiram Carlos Lacerda e 11 deputados federais que foram vinculados a Frente Ampla.³⁹

No dia 31 de dezembro de 1968, Costa e Silva divulgou uma *Mensagem ao povo brasileiro*, responsabilizando, em grande parte, os parlamentares da ARENA pela decretação do AI-5, uma vez que o partido não seguia à sua orientação no Congresso.⁴⁰ De acordo com Lucia Grinberg, o fato de Costa e Silva culpar a ARENA pelo AI-5 agravou a crise interna do partido e o senador Daniel Krieger renunciou à presidência nacional da ARENA,⁴¹ no início de janeiro de 1969.⁴²

No dia 7 de fevereiro de 1969, por meio do AC-47, a ditadura decretou o recesso das Assembleias Legislativas de São Paulo, do Rio de Janeiro, da Guanabara, de Pernambuco e de Sergipe. Posteriormente, no dia 27 de fevereiro de 1969, por meio do AC-49, foi decretado o recesso das Assembleias de Goiás e do Pará. Essas sete Assembleias Legislativas ficaram em recesso por mais de um ano.

Em 1969, as cassações prosseguiram. Até o final do ano foram cassados 98 deputados federais e suplentes (67 do MDB e 31 da ARENA) e cinco senadores do MDB.⁴³ Portanto, o principal alvo foi o MDB, cujas cassações reduziram em cerca de 50% a sua bancada na Câmara dos Deputados. Além de senadores e deputados federais, o AI-5 também cassou inúmeros deputados estaduais, prefeitos e vereadores.

Entre os parlamentares paranaenses cassados pelo AI-5 em 1969 estão os deputados federais emedebistas Renato Celidônio (presidente do MDB paranaense) e Léo de Almeida Neves, ambos líderes do partido oposicionista e da Frente Ampla no Paraná. O deputado federal Jorge Khury, da ARENA paranaense, também foi cassado em virtude da sua forte relação pessoal com Carlos Lacerda e por ter sido um dos líderes da Frente Ampla no Paraná. No que tange aos deputados estaduais, foram cassados os emedebistas Jacintho

³⁹ Cf. DELGADO, Márcio de Paiva. *A Frente Ampla de oposição ao regime militar (1966-1968)*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013, p. 212-216.

⁴⁰ GRINBERG, op. cit., p. 128.

⁴¹ Após a renúncia de Daniel Krieger, o senador Filinto Müller (ARENA/MT) foi designado como presidente em exercício do partido. Em março de 1969, Filinto Müller foi oficializado presidente da Executiva nacional arenista.

⁴² GRINBERG, op. cit., p. 132-133.

⁴³ Cf. AZEVEDO, Débora B. de; RABAT, Márcio Nuno. *Parlamento mutilado: deputados federais cassados pela ditadura de 1964*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2012.

Simões, Lázaro Servo e Sinval Martins e os arenistas Aníbal Khury, Miran Piri, Jorge Miguel Nassar e Miguel Dinizo.

Portanto, em 1969 foram cassados pelo AI-5 três deputados federais paranaenses e sete deputados estaduais. Como os parlamentares cassados não poderiam ser substituídos pelos suplentes, a Assembleia Legislativa paranaense passou a ter 38 deputados: 33 da ARENA e cinco do MDB. Desse modo, ambos os partidos procuraram se reorganizar após o AI-5, sobretudo a partir da decretação do AC-54, em 20 de maio de 1969, que estabeleceu as novas datas para as eleições dos diretórios municipais, estaduais e nacionais dos partidos.

A vitória de Paulo Pimentel na convenção estadual da ARENA de 1969

O processo de reorganização da ARENA do Paraná foi marcado pela acirrada disputa entre o senador Ney Braga e o governador Paulo Pimentel pelo controle partidário, visando à sucessão estadual de 1970, na qual Ney Braga tinha interesse em retornar ao governo do Paraná, enquanto Paulo Pimentel não abria mão de fazer o seu sucessor. Assim, Ney Braga e Paulo Pimentel se empenharam em mobilizar seus aliados no processo de filiação partidária e na disputa pelos diretórios municipais arenistas no Paraná. Como os diretórios municipais indicariam a maior fração dos delegados que participariam da convenção estadual de 14 de setembro, em vários diretórios municipais ocorreram disputas entre neystas e pimentelistas.

Nas convenções municipais de 10 de agosto de 1969, Ney Braga elegeu dois terços do diretório municipal de Curitiba e também venceu no diretório de Londrina. No entanto, Paulo Pimentel, na condição de governador e com o apoio de 85% dos deputados estaduais arenistas, conseguiu obter uma significativa vitória na maioria dos diretórios do interior do Paraná. Portanto, a maioria dos delegados que representariam os diretórios municipais na convenção de setembro eram alinhados a Pimentel.

Desse modo, contando com o apoio da maioria dos deputados estaduais e com a maioria dos delegados dos diretórios do interior, Paulo Pimentel derrotou Ney Braga na convenção estadual de 14 de setembro de 1969. Ao obter 70% dos votos, a chapa de Paulo Pimentel ocupou 21 lugares no diretório, enquanto a chapa de Ney Braga apenas nove lugares.⁴⁴ Portanto, o governador Paulo Pimentel fortaleceu-se ainda mais politicamente no Paraná ao

⁴⁴ *Gazeta do Povo*, 16 set. 1969, p. 3.

controlar o diretório estadual da ARENA, reduzindo a força política de Ney Braga dentro do partido.

A perda da hegemonia política no Paraná e na ARENA paranaense motivou um discurso de protesto de Ney Braga durante a convenção, que, sentindo-se traído, criticou abertamente Pimentel. Se as relações entre ambos já estavam fortemente desgastadas, a convenção de 1969 determinou o afastamento político entre os dois principais líderes da ARENA paranaense.

Posteriormente, Pimentel articulou para que o deputado estadual João de Mattos Leão, então secretário do Interior e Justiça, assumisse a presidência da Executiva estadual da ARENA, fato que foi confirmado no dia 1º de outubro de 1969.⁴⁵

A sucessão estadual indireta e as eleições parlamentares de 1970 no Paraná

A sucessão ao governo do Paraná vinha catalisando uma intensa disputa entre o senador Ney Braga, que ambicionava retornar ao governo paranaense, e o governador Paulo Pimentel, que desejava escolher o seu sucessor. No entanto, como os governos estaduais eram importantes posições estratégicas no sistema político, o general-presidente Emílio Médici decidiu intervir nas sucessões estaduais de 1970, escolhendo os futuros governadores.⁴⁶

Para o governo do Paraná, Médici escolheu o deputado federal Haroldo Leon Peres, vice-líder do governo na Câmara dos Deputados, cuja escolha pegou a todos de surpresa, uma vez que o deputado não era próximo de Paulo Pimentel e nem de Ney Braga. Em virtude disso, a imprensa paranaense deduziu que a escolha de Haroldo Leon Peres visava a pacificar a ARENA paranaense, então dividida entre neystas e pimentelistas. Porém, é plausível que Médici tenha escolhido Haroldo Leon Peres visando a enfraquecer politicamente Ney Braga e Paulo Pimentel no Paraná, uma vez que o general-presidente não nutria simpatia pelos dois principais líderes políticos da ARENA paranaense.

Posteriormente, as principais lideranças da ARENA paranaense decidiram indicar o nome de um tecnocrata para vice-governador. Assim, o escolhido foi o professor e engenheiro Pedro Viriato Parigot de Souza, que ocupava a presidência da Companhia Paranaense de Energia (COPEL) desde 1961. Convém

⁴⁵ *Gazeta do Povo*, 2 out. 1969, p. 3.

⁴⁶ GRINBERG, op. cit., p. 148.

ressaltar que Pedro Parigot de Souza tinha um bom relacionamento com Ney Braga e Paulo Pimentel e o seu nome foi aprovado por Haroldo Leon Peres.

Desse modo, no dia 3 de outubro de 1970, Haroldo Leon Peres foi eleito indiretamente governador do Paraná pela Assembleia Legislativa, recebendo 33 votos (obtendo a unanimidade entre os deputados da ARENA), enquanto os cinco deputados do MDB, em protesto, ou votaram em branco ou não responderam à chamada.⁴⁷

No que tange à definição dos candidatos da ARENA paranaense ao Senado, o governador Paulo Pimentel optou em concluir o seu mandato e, assim, foram definidos que os dois candidatos do partido seriam o deputado estadual João de Mattos Leão e o deputado federal Francisco Accioly Rodrigues da Costa Filho. Por sua vez, o MDB paranaense optou em concorrer com apenas um candidato ao Senado, o deputado federal José Richa.

Nas eleições parlamentares de 15 de novembro de 1970, a ARENA paranaense elegeu os dois senadores, 19 deputados federais e 38 deputados estaduais, enquanto o MDB elegeu apenas quatro deputados federais e nove deputados estaduais. Dessa forma, a ARENA manteve a sua incontestável hegemonia política no Paraná. Em nível nacional, a ARENA elegeu 223 (71,9%) deputados federais contra 87 do MDB (28,1%). Para o Senado, a ARENA elegeu 41 senadores contra apenas cinco do MDB.⁴⁸ Maria Kinzo⁴⁹ aponta alguns fatores que contribuíram para o êxito eleitoral da ARENA e o fracasso do MDB nas eleições de 1970: a) o controle exercido pelo governo sobre o processo eleitoral por meio da censura e da repressão policial; b) a intensa propaganda governamental, que se utilizava das altas taxas de crescimento econômico geradas pelo chamado “milagre brasileiro”⁵⁰.

O breve governo de Haroldo Leon Peres e a crise na ARENA paranaense

Visando a melhor controlar os diretórios arenistas estaduais e os governos estaduais, o general-presidente Emílio Médici impôs a “política dos

⁴⁷ *O Estado do Paraná*, 4 out. 1970, p. 1 e 8.

⁴⁸ KINZO, op. cit., p. 74.

⁴⁹ Cf. KINZO, op. cit., p. 134-135.

⁵⁰ O “milagre brasileiro” foi amplamente capitalizado pelo general-presidente Emílio Médici, que, utilizando de uma intensa propaganda ufanista – exaltando, por exemplo, o crescimento econômico, as grandes obras do governo, o sesquicentenário da Independência e o tricampeonato da seleção brasileira de futebol na Copa do Mundo de 1970 –, angariou elevados índices de popularidade. Mais detalhes, ver FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo*: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

governadores”, isto é, estabeleceu que os governadores (por ele escolhidos) passariam a controlar politicamente os estados e os diretórios regionais da ARENA.⁵¹ No entanto, a “política dos governadores”, estabelecida pelos militares, tinha um enorme potencial de fomentar crises no interior dos diretórios regionais da ARENA. E foi exatamente isso que ocorreu no Paraná, pois Haroldo Leon Peres era um parlamentar com pequena influência e pouco capital político que, ao tentar impor-se como a principal liderança política no estado e na ARENA paranaense, entrou em rota de colisão com Paulo Pimentel e Ney Braga, catalisando uma crise na ARENA do Paraná.

Haroldo Leon Peres assumiu o governo estadual no dia 15 de março de 1971 e renunciou no dia 22 de novembro do mesmo ano. Seu breve governo, que durou apenas oito meses, foi bastante conturbado, uma vez que o governador entrou em conflito público com o Tribunal de Justiça do Paraná e com Paulo Pimentel. Os conflitos entre Leon Peres e Pimentel – que já não nutriam simpatias entre si – tiveram início no final de novembro de 1970, quando Leon Peres criticou Pimentel em uma entrevista em Brasília, dizendo que Pimentel teria que se submeter à sua liderança no Paraná.⁵² No dia seguinte, Pimentel rebateu veementemente Leon Peres, afirmando que o então deputado federal e futuro governador paranaense era um político sem expressão e que liderança não se impõe, se conquista.⁵³

Leon Peres afirmava que iria combater “com mão de ferro a corrupção e a subversão” e adotou o *slogan* “A revolução que chega ao Paraná”, criticando os seus antecessores Paulo Pimentel e Ney Braga. Ao assumir o governo do Paraná, no seu discurso de posse, Leon Peres entrou em rota de colisão com o Tribunal de Justiça do Paraná, pois fez duras críticas aos juízes e desembargadores, acusando-os de possuírem privilégios, ao se referir a uma gratificação salarial por trabalharem em regime de dedicação exclusiva.⁵⁴

No dia 31 de março, no aniversário da “Revolução”, Leon Peres fez um discurso na Assembleia Legislativa no qual fez inúmeras críticas a Paulo Pimentel, afirmando que herdou o Paraná numa situação crítica, financeiramente comprometido pelas dívidas e estruturalmente desorganizado. Foi o estopim para o conflito aberto entre Leon Peres e Pimentel, que passou a

⁵¹ GRINBERG, op. cit., p. 156.

⁵² *Gazeta do Povo*, 26 nov. 1970, p. 3.

⁵³ *O Estado do Paraná*, 26 nov. 1970, p. 1 e 5.

⁵⁴ *O Estado do Paraná*, 14 abr. 1971, p. 3.

utilizar os seus jornais *O Estado do Paraná* e *A Tribuna do Paraná* e as suas emissoras de rádio e televisão para atacar sistematicamente o governo de Leon Peres.

Em novembro de 1971, entretanto, Haroldo Leon Peres, acusado de corrupção, foi pressionado pelo general-presidente Médici a renunciar ao governo do Paraná. Embora se declarasse inocente e vítima de uma armação, Haroldo Leon Peres, para evitar a cassação, renunciou ao governo do Paraná no dia 22 de novembro de 1971. No dia seguinte, o vice-governador Pedro Viriato Parigot de Souza assumiu o governo paranaense.

Ao contrário de Leon Peres, Parigot de Souza possuía um bom relacionamento com Ney Braga e Paulo Pimentel, o que contribuiu para pacificar a ARENA paranaense. Durante a sua gestão, Parigot de Souza procurou dialogar com as diferentes forças políticas do estado, sobretudo com Ney Braga, Paulo Pimentel e os senadores João de Mattos Leão e Francisco Accioly Rodrigues da Costa Filho.

A convenção estadual da ARENA paranaense de 1972

Após a posse de Pedro Viriato Parigot de Souza, o tema que mais repercutiu no interior da ARENA paranaense foi a convenção estadual de março de 1972 e a renovação da Comissão Executiva do partido. *A priori*, tudo indicava que ocorreria novamente uma intensa disputa entre os grupos neystas e pimentelistas pelo controle partidário. No entanto, Ney Braga e Paulo Pimentel – que haviam se unido contra Haroldo Leon Peres – estabeleceram negociações e fizeram um acordo, no qual dividiriam os principais diretórios municipais e o diretório estadual. Desse modo, formou-se uma chapa única para o diretório estadual, que contemplaria neystas e pimentelistas.⁵⁵

Para a definição do novo presidente da ARENA paranaense, após uma série de conversações, o governador Parigot de Souza (que, de acordo com a “política dos governadores”, era considerado o principal líder político do estado) anunciou a indicação do senador Francisco Accioly Rodrigues da Costa Filho, que foi eleito em 29 de março de 1972, presidente da Comissão Executiva estadual.⁵⁶

Em suma, observa-se que, durante o governo de Pedro Viriato Parigot de Souza (1971-1973), a ARENA paranaense vivenciou um período de relativa pacificação interna no que tange ao seu diretório estadual, sobretudo em

⁵⁵ *Gazeta do Povo*, 28 dez. 1971, p. 3.

⁵⁶ *Gazeta do Povo*, 30 mar. 1972, p. 3.

virtude do estabelecimento de uma trégua entre Ney Braga e Paulo Pimentel e da postura política ponderada do governador Parigot de Souza, que se mostrava aberto ao diálogo e à negociação.

Por outro lado, Paulo Pimentel vivenciava um gradual processo de perda de influência política dentro da ARENA paranaense, uma vez que não ocupava mais o posto de governador e não possuía mandato legislativo. Por sua vez, o senador Ney Braga mantinha-se em uma posição de prestígio político em nível nacional e estadual, ocupando o posto de primeiro-secretário do Senado entre 1971 e 1972 e tornando-se, em 1973, vice-líder da ARENA no Senado.

As eleições municipais de 1972 no Paraná

Em 1972, no Paraná houve eleições em todos os 288 municípios do estado, sendo que em 276 ocorreram eleições para prefeitos, vice-prefeitos e vereadores. Nas outras 12 cidades (Curitiba e 11 municípios incluídos na área de segurança nacional⁵⁷) houve apenas eleições para vereadores, uma vez que os prefeitos eram nomeados pelo governador.

A ARENA possuía diretórios em todos os municípios paranaenses e concorreu em todas as 288 cidades, apresentando candidatos a prefeitos nas 276 cidades onde aconteceram eleições para o Executivo municipal. Por sua vez, o MDB possuía diretórios em menos de 40% dos municípios paranaenses e concorreu com candidatos a prefeitos em apenas 86 cidades (isto é, em apenas 31,1% dos municípios onde ocorreram eleições a prefeitos). Dessa forma, em 190 cidades paranaenses (68,9%) a ARENA concorreu sozinha aos Executivos municipais.⁵⁸

Nas eleições municipais, realizadas no dia 15 de novembro de 1972, a ARENA elegeu 245⁵⁹ prefeitos, enquanto o MDB conquistou a prefeitura de 30 cidades.⁶⁰ Em comparação com as eleições municipais de 1968, ocorridas

⁵⁷ Por meio da lei nº 5.449, de 4 de junho de 1968, os municípios localizados em regiões de fronteira com outros países ou em áreas estratégicas passariam a ser considerados áreas de interesse da Segurança Nacional e, desse modo, os seus prefeitos deveriam ser nomeados pelos governadores, mediante aprovação prévia do presidente da República. No Paraná foram consideradas áreas de segurança nacional 11 municípios: Barracão, Capanema, Foz do Iguaçu, Guaíra, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Pérola do Oeste, Planalto, Santo Antônio do Sudoeste, São Miguel do Iguaçu e Santa Helena.

⁵⁸ *Gazeta do Povo*, 21 dez. 1972, p. 3.

⁵⁹ No dia 17 de dezembro de 1972 ocorreram as eleições municipais em Ivaiporã, cujo pleito havia sido adiado pela Justiça Eleitoral, sendo eleito o arenista Adail Rother. Portanto, a ARENA elegeu 246 prefeitos no Paraná em 1972 (*Gazeta do Povo*, 20 dez. 1972, p. 3).

⁶⁰ *O Estado do Paraná*, 22 nov. 1972, p. 8.

em 205 municípios do Paraná, na qual a ARENA elegeu 182 prefeitos e o MDB venceu em 23 cidades, observa-se que a ARENA conquistou 88,8% das prefeituras paranaenses em 1968 e 89,1% em 1972, comprovando a manutenção da hegemonia do partido no Paraná. O predomínio da ARENA também é verificado nas eleições para a Câmara de Vereadores de Curitiba. No pleito de 1972, a ARENA elegeu 15 (71,4%) vereadores e o MDB apenas seis (28,6%), enquanto em 1968 a ARENA elegeu 14 (66,6%) vereadores contra sete (33,3%) do MDB.

A eleição indireta de Emílio Hoffmann Gomes

Ao longo do seu governo, Pedro Viriato Parigot de Souza adotou um estilo político ponderado e aberto ao diálogo, revelando-se um bom negociador diante dos diversos interesses e disputas políticas inerentes ao governo estadual e à ARENA paranaense. No entanto, Parigot de Souza lutava contra um câncer e o estado de saúde do governador se agravou, resultando no seu falecimento em 11 de julho de 1973. A partir de então, o deputado arenista João Mansur, presidente da Assembleia Legislativa, assumiu provisoriamente o Executivo paranaense por 30 dias, até que se procedesse a eleição indireta do próximo governador.

Para a sucessão estadual, a ARENA paranaense, presidida pelo senador Francisco Accioly Rodrigues da Costa Filho, estabeleceu conversações para que fossem indicados alguns nomes para compor uma lista, que seria apresentada ao general-presidente Emílio Médici e à direção nacional da ARENA. Posteriormente, no dia 17 de julho de 1973, o general-presidente Médici indicou o nome do deputado federal Emílio Hoffmann Gomes como o candidato arenista para o governo paranaense.⁶¹ No dia seguinte, o empresário Jayme Canet Júnior foi escolhido como candidato a vice-governador.⁶²

Na eleição indireta, realizada na Assembleia Legislativa no dia 10 de agosto de 1973, Emílio Hoffmann Gomes e Jayme Canet Júnior foram eleitos, respectivamente, governador e vice-governador do Paraná, com mandatos até 15 de março de 1975, recebendo todos os votos da ARENA, enquanto a bancada do MDB optou pela abstenção e pela leitura de um manifesto defendendo as eleições diretas.⁶³ No dia seguinte, Emílio Hoffmann Gomes assumiu o governo do Paraná. Embora mantivesse um bom relacionamento com Paulo Pimentel, Emílio Gomes era alinhado politicamente com Ney Braga, cuja participação

⁶¹ Cf. *Gazeta do Povo*, 18 jul. 1973, p. 1 e 3.

⁶² Cf. *Gazeta do Povo*, 19 jul. 1973, p. 1 e 3.

⁶³ *Gazeta do Povo*, 11 ago. 1973, p. 1 e 3.

no governo paranaense tornou-se mais forte, evidenciando a retomada da sua hegemonia política no Paraná, consolidada após a ascensão do general Ernesto Geisel à presidência da República, em março de 1974.

Alguns meses após assumir a presidência, o general-presidente Geisel anunciou o projeto de distensão política lento, gradual e seguro que visava à institucionalização das leis de exceção, isto é, a saída da excepcionalidade com a integração dos atos discricionários na Constituição, e não exatamente a redemocratização do país.⁶⁴ Assim, o projeto de distensão política, lento, gradual e seguro pretendia descomprimir paulatinamente o regime por meio de uma limitada liberalização, porém sem abrir mão de “mecanismos de segurança”, ou seja, de instrumentos de repressão, que deveriam ser institucionizados, comportando, assim, garantias básicas de uma passagem negociada, em um futuro incerto, para um governo civil identificado com as “doutrinas revolucionárias”⁶⁵.

No que tange à composição do governo, Ernesto Geisel nomeou um ministério majoritariamente vinculado ao grupo “castelista-geiselista”, com destaque para o general Golbery do Couto e Silva para a Casa Civil da Presidência. Geisel também nomeou o senador paranaense Ney Braga para o Ministério da Educação e Cultura. Vinculado ao grupo da “Sorbonne militar” e amigo do general-presidente Ernesto Geisel, Ney Braga consolidava-se como o político de maior influência no Paraná.

Ney Braga e a indicação de Jayme Canet Júnior ao governo paranaense

Gozando de enorme prestígio e influência política, o ministro Ney Braga demonstrou que havia retomado, de maneira incontestável, a hegemonia política no Paraná no episódio referente à sucessão estadual. Assim como ocorreu em 1970 com o general-presidente Emílio Médici, em 1974 o general-presidente Ernesto Geisel também escolheria os governadores dos estados.

No Paraná, Ney Braga indicou o então vice-governador Jayme Canet Júnior, homem da sua absoluta confiança, para a sucessão estadual. Porém, a posição de Ney Braga gerou reações dentro da ARENA paranaense, desagradando

⁶⁴ Convém ressaltar que o general-presidente Geisel explicitou os limites da distensão, quando declarou, em 1º de agosto de 1975, que não pretendia revogar o AI-5 e o Decreto-Lei nº 477, nem revisar a Lei de Segurança Nacional, nem promulgar a anistia e nem reduzir as prerrogativas do poder Executivo. In: NAPOLITANO, Marcos. 1964: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014, p. 247.

⁶⁵ CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p. 173-174; NAPOLITANO, op. cit., p. 234-235.

Paulo Pimentel – por ser desafeto político de Jayme Canet Júnior⁶⁶ – e os senadores Francisco Accioly Rodrigues da Costa Filho (presidente da ARENA do Paraná) e João de Mattos Leão, além do deputado estadual João Mansur (presidente da Assembleia Legislativa), que ambicionavam a indicação ao governo estadual.

O senador Francisco Accioly Rodrigues da Costa Filho, que contava com o apoio da ampla maioria dos arenistas para a sucessão estadual e que não teve o seu nome sequer considerado por Ney Braga, reagiu com a seguinte declaração: “O Paraná não pode ser considerado um bolo cujas fatias venham a ser repartidas entre os melhores amigos do aniversariante”.⁶⁷ Accioly Filho insurgia-se, assim, contra Ney Braga.

Nas semanas seguintes, Paulo Pimentel, que desejava lançar-se como candidato ao Senado, passou a apoiar o nome de Accioly Filho para governador. Opondo-se a Jayme Canet Júnior, o ex-governador viajou a Brasília, no início de maio de 1974, para conversar com o senador Petrônio Portela Nunes, presidente nacional da ARENA. No encontro, Pimentel afirmou que opunha sérias restrições a Jayme Canet Júnior e que não concordava com o “jogo de nome único imposto por Ney Braga”.⁶⁸

No dia 14 de maio de 1974, Petrônio Portela esteve em Curitiba para realizar uma consulta junto aos membros do diretório da ARENA paranaense, cuja maioria absoluta indicou o nome do senador Francisco Accioly Rodrigues da Costa Filho para a sucessão estadual, enquanto Jayme Canet Júnior ficou em quinto lugar.⁶⁹ Entretanto, como já era esperado, o general-presidente Ernesto Geisel endossou a escolha de Ney Braga em favor de Jayme Canet Júnior, anunciando-o oficialmente no final de maio.⁷⁰ Algumas semanas depois, por influência de Ney Braga, o seu suplente no Senado, Octávio Cesário Pereira Júnior (que assumiu o mandato após a nomeação do titular ao Ministério da Educação) foi indicado pelo general-presidente Geisel como vice-governador, enquanto João Mansur como candidato arenista ao Senado – vetando, assim, o nome de Paulo Pimentel. Esse episódio marcou o rompimento político de Pimentel com Ney Braga.

⁶⁶ Jayme Canet Júnior havia apoiado a campanha eleitoral de Paulo Pimentel ao governo do Paraná em 1965. Após a posse de Pimentel, Canet foi nomeado diretor do Banestado. Porém, após um desentendimento com o Pimentel, Canet pediu demissão do Banestado em agosto de 1966, rompendo relações com Pimentel.

⁶⁷ *O Estado do Paraná*, 10 mar. 1974, p. 3.

⁶⁸ *O Estado do Paraná*, 12 maio 1974, p. 1 e 12.

⁶⁹ *Gazeta do Povo*, 15 maio 1974, p. 1 e 3.

⁷⁰ *Gazeta do Povo*, 25 maio 1974, p. 1 e 3.

Dessa forma, Ney Braga demonstrou que havia recuperado a hegemonia política no Paraná. Porém, ainda faltava consolidar a sua hegemonia na ARENA paranaense, então presidida por Francisco Accioly Rodrigues da Costa Filho, que se afastou politicamente de Ney Braga após ser preterido na sucessão estadual.

No dia 8 de julho, as candidaturas de Jayme Canet Júnior e Octávio Cesário Pereira Júnior, para governador e vice-governador, respectivamente, foram homologadas por unanimidade na reunião do diretório da ARENA paranaense. Posteriormente, no dia 3 de outubro de 1974, Jayme Canet Júnior foi eleito indiretamente pela Assembleia Legislativa, recebendo os 38 votos da ARENA, enquanto o MDB absteve-se de votar e realizou a leitura de um manifesto, defendendo as eleições diretas.⁷¹

A ARENA e as eleições parlamentares de 1974 no Paraná

Em junho de 1974, foi oficializada a escolha do deputado estadual João Mansur (presidente da Assembleia Legislativa) como candidato da ARENA paranaense ao Senado. Para Mansur, que ambicionava o governo do Paraná, a indicação foi uma espécie de “prêmio de consolação”, pois a sua vitória no pleito de novembro de 1974 era considerada como certa, tanto que as principais lideranças do MDB paranaense não se interessaram em se candidatar ao Senado por considerarem as chances do partido muito remotas. Dessa forma, o MDB lançou, em junho, o então desconhecido advogado Francisco Leite Chaves ao Senado. Paraibano radicado no Paraná há 15 anos, Francisco Leite Chaves atuava como advogado do Banco do Brasil em Londrina, o principal reduto emedebista no estado, e não tinha experiência parlamentar anterior.

Durante a campanha eleitoral, João Mansur contou com o apoio de Ney Braga, enquanto Paulo Pimentel optou pela neutralidade, mesmo após ter sido intimado pelo general Golbery do Couto e Silva (Chefe da Casa Civil) a apoiar João Mansur. No seu jornal, *O Estado do Paraná*, Paulo Pimentel concedeu a João Mansur e a Francisco Leite Chaves o mesmo espaço para que ambos divulgassem as suas campanhas políticas.⁷²

Explorando o agravamento da situação socioeconômica nacional e o aumento vertiginoso da inflação em 1974, o MDB dedicou atenção especial à

⁷¹ *Gazeta do Povo*, 4 out. 1974, p. 3.

⁷² REBELO, op. cit., p. 269.

organização da sua campanha eleitoral, sobretudo no rádio e na televisão.⁷³ Desse modo, o MDB obteve em 1974, pela primeira vez, um excelente desempenho eleitoral, elegendo 16 senadores contra apenas seis da ARENA.⁷⁴ Na Câmara dos Deputados, o MDB quase duplicou a sua bancada, elegendo 160 deputados federais, enquanto a ARENA elegeu 204 deputados. Ademais, o MDB elegeu a maioria dos deputados estaduais em seis Assembleias.⁷⁵

No Paraná, o MDB também alcançou uma expressiva vitória eleitoral, elegendo Francisco Leite Chaves para o Senado, além de 15 deputados federais e 25 deputados estaduais. Desse modo, a bancada paranaense na Câmara dos Deputados ficou dividida entre MDB (50%) e ARENA (50%). Entretanto, na Assembleia Legislativa do Paraná, apesar de quase ter triplicado o número de cadeiras, o MDB não conseguiu suplantar a ARENA, que elegeu 29 deputados (53,7%) contra 25 (46,3%) do MDB.

O resultado eleitoral surpreendeu a ARENA, que acreditava que alcançaria tranquilamente o mesmo êxito dos pleitos anteriores. Segundo Maria Kinzo, além do otimismo exagerado, dois outros fatores contribuíram para a derrota arenista:

[...] O primeiro tem a ver com a falta de apelo da campanha da ARENA. Acostumada a caminhar à sombra do governo, a sua plataforma eleitoral nada mais era do que a defesa de vagas declarações de princípios econômicos e sociais, bem como a reiteração de que seu programa era o do governo e de que a ARENA era o partido da “Revolução”. [...] Sem qualquer apelo ou argumento para contra-atacar as críticas do MDB dirigidas às políticas do governo, a ARENA lançava mão de sua velha técnica de intimidação, acusando a oposição de extremista e culpando-a por tentar prejudicar o processo de distensão política. [...].

O segundo fator que influenciou os resultados eleitorais em 1974 tem a ver com as dissensões internas da ARENA. Contrariamente ao MDB, que conseguira superar seus problemas internos e partira unido para a campanha eleitoral, a cúpula da ARENA foi incapaz de resolver as divergências provocadas pelo processo

⁷³ KINZO, op. cit., p. 155-156.

⁷⁴ O MDB elegeu os senadores nos seguintes estados: São Paulo, Rio de Janeiro, Guanabara, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Espírito Santo, Goiás, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe, Paraíba, Amazonas e Acre. Por sua vez, a ARENA elegeu os senadores na Bahia, Piauí, Alagoas, Maranhão, Pará e Mato Grosso.

⁷⁵ As seis Assembleias Legislativas estaduais que o MDB elegeu a maioria dos deputados foram em São Paulo, no Rio de Janeiro, na Guanabara, no Rio Grande do Sul, no Amazonas e no Acre. In: KINZO, op. cit., p. 251.

de nomeação dos governadores e seleção de candidatos para o Senado.⁷⁶

De fato, a candidatura de João Mansur ao Senado não era unanimidade dentro ARENA paranaense. Após a derrota eleitoral, Mansur fez a seguinte declaração à imprensa:

O sistema empregado no Paraná, na escolha dos nomes dos candidatos, foi prejudicial à campanha. Prejudicial não só à minha campanha porque muitos companheiros cruzaram os braços, justificadamente, entendendo que foram marginalizados. A campanha foi desorganizada, baseada num otimismo exagerado, em razão da própria estrutura da ARENA, que era muito forte.⁷⁷

João Mansur referia-se a Ney Braga (responsável pela escolha dos candidatos) e a Paulo Pimentel, que foi preterido e optou em adotar uma posição de neutralidade durante a campanha eleitoral. Em virtude de sua posição, Pimentel foi responsabilizado publicamente pela derrota arenista pelo general-presidente Ernesto Geisel, que – em dezembro de 1974, quando esteve em Curitiba para a reinauguração do Teatro Guaíra – acusou Pimentel de ter colocado toda a estrutura dos seus veículos de comunicação a serviço dos candidatos emedebistas.⁷⁸ Pimentel defendeu-se responsabilizando o comando da ARENA paranaense pela derrota eleitoral de 1974, uma vez que a direção partidária teria dispensado o seu apoio político e o uso dos seus veículos de comunicação.⁷⁹

Por sua vez, o senador Francisco Accioly Rodrigues da Costa Filho, presidente da ARENA paranaense, evitou apontar culpados e fez a seguinte análise da derrota arenista:

[...] A própria campanha do governo – “diga não à inflação” – acabou produzindo efeito eleitoral negativo à ARENA. Porque a ARENA está no governo, o povo associa a inflação à ARENA, culpando-a do custo de vida elevado e de todas as consequências. Afinal, o *slogan* acabou sendo transferido para um “diga não à ARENA”.⁸⁰

⁷⁶ KINZO, op. cit., p. 159-160.

⁷⁷ *O Estado do Paraná*, 20 nov. 1974, p. 1 e 8.

⁷⁸ SANT’ANA, op. cit., p. 169.

⁷⁹ *O Estado do Paraná*, 8 jan. 1975, p. 5.

⁸⁰ *O Estado do Paraná*, 1º dez. 1974, p. 10.

De toda forma, a vitória eleitoral do MDB em 1974 representou um duro golpe para o governo e um aviso da insatisfação social com a inflação e a carestia. A ditadura militar entraria em crise, desgastada pelo agravamento da crise econômica e pelas manifestações de setores da sociedade civil e da Igreja católica pelo retorno à democracia.

A convenção arenista de 1975 e a hegemonia política de Ney Braga no Paraná

Após assumir o governo do Paraná, em março de 1975, Jayme Canet Júnior nomeou vários neystas no seu secretariado, entre eles Saul Raiz como prefeito de Curitiba. Embora fossem desafetos, Jayme Canet Júnior e Paulo Pimentel mantiveram um relacionamento amistoso nos primeiros meses de 1975, resultante de uma tentativa do general-presidente Ernesto Geisel de fortalecer a ARENA para as eleições municipais de 1976, tidas pela ditadura como de fundamental importância. Dessa forma, pacificar e unificar os diretórios arenistas em todo o país tornou-se um dos objetivos, uma vez que um dos fatores que levaram à derrota arenista em 1974 foram as rivalidades e as divergências internas dentro do partido.

Na ARENA paranaense, no entanto, a conciliação entre Ney Braga e Paulo Pimentel não ocorreu e o ex-governador não escondia o descontentamento por sentir-se marginalizado dentro da ARENA. A situação tornou-se ainda mais crítica com a tendência de Ney Braga e Jayme Canet Júnior em indicar Afonso Alves de Camargo Neto⁸¹ para a presidência da ARENA paranaense na convenção estadual do partido. Pimentel era desafeto de Camargo Neto e defendia que o presidente do diretório estadual do partido deveria ser escolhido pelo governador, porém o indicado deveria ser capaz de unificar o partido.⁸² Por sua vez, o senador Francisco Accioly Rodrigues da Costa Filho (presidente da ARENA do Paraná) também era contrário à indicação de Afonso Alves de Camargo Neto à sucessão partidária. Conforme declarou Accioly Filho, “o partido está sitiado pelo grupo que domina o governo, que deseja tomar conta da ARENA, envolvendo com facciosismo a agremiação”⁸³.

Nesse clima de crise interna ocorre a convenção estadual da ARENA do Paraná, no dia 24 de agosto de 1975. Durante a convenção, a chapa única

⁸¹ Afonso Alves de Camargo Neto era amigo e sócio de Jayme Canet Júnior, que o nomeou diretor do Banestado durante o seu governo.

⁸² *O Estado do Paraná*, 6 jul. 1975, p. 4.

⁸³ *Gazeta do Povo*, 18 jun. 1975, p. 3.

para a composição do diretório foi aprovada pelos arenistas. Porém, diante do impasse relacionado à presidência da Executiva estadual, o governador Jayme Canet Júnior adiou a indicação de Afonso Alves de Camargo Neto como novo presidente da ARENA paranaense. Todavia, durante a convenção, 402 dos 418 participantes assinaram uma moção apoiando o nome de Camargo Neto. Entre os 45 membros do novo diretório, 30 declararam apoio a Camargo Neto.⁸⁴

Para remover os últimos empecilhos à indicação de Camargo Neto, Jayme Canet Júnior viajou a Brasília no dia seguinte. Na capital federal, o governador reuniu-se com os ministros Ney Braga, Golbery do Couto e Silva e Armando Falcão.⁸⁵ Removido os últimos obstáculos, no dia 26 de agosto o diretório arenista se reuniu e elegeu Afonso Alves de Camargo Neto presidente da Executiva estadual.⁸⁶ Dessa forma, a nova Comissão Executiva da ARENA paranaense passou a ser controlada pelos neystas e Ney Braga recuperou definitivamente a sua hegemonia sob o partido.

No entanto, os senadores Francisco Accioly Rodrigues da Costa Filho e João de Mattos Leão reagiram com veemência à eleição de Afonso Alves de Camargo Neto, divulgando um manifesto criticando Ney Braga e Jayme Canet Júnior.⁸⁷ O “manifesto dos senadores”, que também foi assinado pelos deputados estaduais Francisco Accioly Rodrigues da Costa Neto (filho de Accioly Filho) e Aragão de Mattos Leão Filho (sobrinho de João de Mattos Leão) evidenciava a aguda crise da ARENA paranaense, com o rompimento dos dois senadores com Ney Braga e Jayme Canet Júnior. Como consequência, os dois foram colocados à margem dentro do partido.

Portanto, Ney Braga, que já havia consolidado a sua hegemonia política no Paraná, a partir da convenção arenista de agosto de 1975, passou a controlar também o partido, enfrentando a oposição dos senadores Accioly Filho e João de Mattos Leão e do ex-governador Paulo Pimentel, que reagiu utilizando os seus veículos de comunicação⁸⁸ para criticar Ney Braga, Jayme Canet Júnior e Afonso Alves de Camargo Neto.

⁸⁴ *Gazeta do Povo*, 25 ago. 1975, p. 1 e 3.

⁸⁵ *O Estado do Paraná*, 26 ago. 1975, p. 1, 3 e 4.

⁸⁶ Em maio de 1977, o governo prorrogou automaticamente por mais dois anos os mandatos das Executivas nacionais, estaduais e municipais dos partidos políticos. Dessa forma, a Comissão Executiva da ARENA paranaense, eleita em agosto de 1975, exerceu as suas funções até o fim do bipartidarismo.

⁸⁷ *O Estado do Paraná*, 27 ago. 1975, p. 3.

⁸⁸ Até 1976, Paulo Pimentel era o maior empresário na área das comunicações do sul do Brasil. Os veículos de comunicação de Pimentel abrangiam os jornais *O Estado do Paraná*, *A Tribuna do Paraná* e *Panorama* (fundado em março de 1975 em Londrina), a Rádio Iguazu e três emissoras de televisão (TV Iguazu, de Curitiba, TV Tibagi, de Apucarana, e TV Coroados, de Londrina) afiliadas à Rede Globo. In: KUNHAVALIK, op. cit., p. 366.

Visando a retaliar e enfraquecer o seu desafeto político, Ney Braga, Jayme Canet Júnior e Afonso Alves de Camargo Neto uniram-se contra Paulo Pimentel. Em nível estadual, o governador Jayme Canet Júnior cortou todas as verbas publicitárias oficiais dos veículos de comunicação de Pimentel.⁸⁹ Tal medida causou repercussão nacional, com os grandes jornais de São Paulo e do Rio de Janeiro condenando o boicote e se solidarizando com Pimentel.⁹⁰

Em nível nacional, por influência do ministro Ney Braga⁹¹ junto ao general-presidente Ernesto Geisel – que culpava Pimentel pela derrota arenista no Paraná em 1974 e também o responsabilizava pela crise na ARENA paranaense, utilizando em ambos os casos os seus veículos de comunicação –, o governo federal pressionou a TV Globo para que transferisse para outro grupo a transmissão da programação da rede. Assim, a TV Globo cedeu às pressões e repassou a sua programação para a TV Paranaense, dos empresários Francisco Cunha Pereira Filho e Edmundo Lemanski, proprietários do jornal *Gazeta do Povo*.⁹² A partir de então, sem a programação da Rede Globo, sem as verbas publicitárias oficiais e com a diminuição dos anúncios da iniciativa privada, Paulo Pimentel passou a enfrentar dificuldades financeiras.⁹³

Em resposta, Paulo Pimentel intensificou os ataques, por meio do seu jornal *O Estado do Paraná*, aos seus desafetos, acusando Afonso Alves de Camargo Neto de negligente e incapaz. Por sua vez, Ney Braga era acusado de nepotismo, além de não ser um líder, mas um todo-poderoso, o “dono do Paraná”, que tratava o estado como sua fazenda particular. No entanto, o principal alvo dos ataques foi Jayme Canet Júnior. Além de fortes críticas e denúncias de irregularidades no seu governo, no *O Estado do Paraná* foram publicadas caricaturas políticas que ridicularizavam o governador, assim como também fotos jocosas de Canet acompanhadas de uma contagem regressiva para o fim do seu mandato.

⁸⁹ KUNHAVALIK, op. cit., p. 366.

⁹⁰ *O Estado do Paraná*, 18 mar. 1976, p. 1.

⁹¹ Em entrevista concedida em 1991, Ney Braga procurou se eximir das perseguições impostas a Paulo Pimentel, atribuindo a culpa a Jayme Canet Júnior. No entanto, Vanderlei Rebelo, autor de uma biografia de Ney Braga, questiona essa declaração com a seguinte observação: “[...] Quem tinha poder junto ao governo federal, à época, suficiente para impor um rolo compressor a qualquer adversário local era Ney, e não Canet. [...] É bastante improvável que Canet tivesse força em Brasília para disparar a artilharia que foi apontada contra Pimentel”. In: REBELO, op. cit., p. 273.

⁹² A partir do jornal *Gazeta do Povo*, adquirido em 1962, e da TV Paranaense, adquirida em 1969, os sócios Francisco Cunha Pereira Filho e Edmundo Lemanski deram início à atual Rede Paranaense de Comunicação (RPC), filiada à Rede Globo.

⁹³ REBELO, op. cit., 2004, p. 273.

A Lei Falcão e as eleições municipais de 1976 no Paraná

Após a derrota eleitoral de 1974, o general-presidente Ernesto Geisel passou a priorizar a vitória da ARENA nas eleições municipais de 1976. Dessa forma, visando a enfraquecer o MDB, a ditadura militar arquitetou uma série de mudanças casuísticas nas regras eleitorais, que ficaram conhecidas como Lei Falcão (em referência ao ministro da Justiça, Armando Falcão, seu idealizador). Promulgada no início de julho, a Lei Falcão (Lei 6.339/76) proibia os candidatos de realizar qualquer tipo de pronunciamento no rádio e na televisão. Desse modo, os partidos poderiam apenas divulgar, nas campanhas eleitorais, os nomes, os números e as fotos dos candidatos, acompanhado da leitura dos seus currículos, esvaziando a campanha eleitoral no rádio e na televisão.

No Paraná, a ARENA e o MDB mobilizaram-se para as suas convenções municipais e para as campanhas eleitorais durante o ano de 1976, uma vez que houve eleições em todos os 290 municípios paranaenses, sendo que em 278 ocorreram eleições para prefeitos, vice-prefeitos e vereadores. Nas outras 12 cidades (Curitiba e 11 municípios incluídos na área de segurança nacional) houve apenas eleições para vereadores, uma vez que os prefeitos eram nomeados pelo governador.

Para o pleito de 1976, o MDB paranaense empreendeu um grande esforço para organizar diretórios em todos os municípios do estado. Se em 1972 o MDB contava com diretórios em menos de 40% dos municípios do Paraná, em 1976 os emedebistas contavam com 274 diretórios municipais, isto é, em mais de 90% das cidades paranaenses. Por sua vez, na ARENA do Paraná possuía diretórios municipais em todos os 290 municípios do estado.

Para Ernesto Geisel, era fundamental que a ARENA obtivesse êxito nas eleições de 1976. Além da implantação da Lei Falcão, o general-presidente exigiu empenho dos governadores e dos dirigentes arenistas em todo o país.⁹⁴ No Paraná, o ministro Ney Braga, o governador Jayme Canet Júnior e Afonso Alves de Camargo Neto (presidente da ARENA paranaense) participaram ativamente das campanhas do partido, assim como os senadores dissidentes Francisco Accioly Rodrigues da Costa Filho e João de Mattos Leão. O ex-governador Paulo Pimentel também ofereceu o seu apoio às campanhas eleitorais arenistas, que foi aceito pelo diretório estadual do partido.⁹⁵

Os resultados das eleições municipais, realizadas no dia 15 de novembro de 1976, foram favoráveis à ARENA, que elegeu a maioria dos prefeitos e

⁹⁴ *Gazeta do Povo*, 9 jul. 1976, p. 3.

⁹⁵ *Gazeta do Povo*, 6 out. 1976, p. 3.

vereadores em todo o país. No Paraná, o partido, elegeu 233 (83,8%) prefeitos, enquanto o MDB conquistou a prefeitura de 45 (16,2%). Entretanto, apesar da ampla vantagem da ARENA, o MDB obteve um crescimento eleitoral em relação às eleições municipais de 1972, inclusive conseguindo dobrar a sua representação nos legislativos municipais, elegendos 858 vereadores em todo o Paraná, contra 1945 vereadores arenistas. Em Curitiba, a ARENA elegeu 12 vereadores e o MDB elegeu nove.⁹⁶

O “Pacote de Abril”, as reformas políticas de 1978 e o fim do AI-5

Após as eleições parlamentares de 1974, o MDB passou a deter 44% da representação na Câmara dos Deputados e 30% do Senado. Embora permanesse como minoria, esta representação deu ao partido a possibilidade de vetar projetos de emendas constitucionais propostos pelo governo, que necessitavam ser aprovados por dois terços dos parlamentares. Assim, as emendas constitucionais propostas pelo general-presidente Ernesto Geisel somente seriam aprovadas se contassem com algum apoio do MDB.⁹⁷

No final de 1976, o general-presidente Ernesto Geisel enviou ao Congresso um projeto de emenda constitucional para reformar o sistema Judiciário. No entanto, a posição intransigente de Geisel em não aceitar negociar levou o MDB a posicionar-se contrário ao projeto, impossibilitando, assim, qualquer chance de que o mesmo fosse aprovado. Assim, no dia 30 de março de 1977, o projeto foi votado no Congresso, recebendo 241 votos a favor e 156 contra, não alcançando o quórum de dois terços necessários para ser aprovado.⁹⁸

Em resposta, no dia 1º de abril de 1977, Geisel usou o AI-5 e emitiu o Ato Complementar 102 (AC-102), decretando o recesso do Congresso, fechado pela terceira vez pela ditadura. Durante o recesso do Congresso, que durou 15 dias, Geisel decretou um conjunto de medidas políticas e econômicas sem o debate parlamentar, como a reforma do Judiciário e seis decretos-leis, que se tornaram conhecidas como “Pacote de Abril”. Conforme Maria Kinzo,⁹⁹ entre as principais medidas estavam:

⁹⁶ *Gazeta do Povo*, 20 nov. 1976, p. 1.

⁹⁷ KINZO, op. cit., p. 163.

⁹⁸ KINZO, op. cit., p. 181.

⁹⁹ KINZO, op. cit., p. 182-183.

- a. Eleições indiretas para governadores em 1978 por meio de um Colégio Eleitoral composto de membros das Assembleias estaduais e de delegados das Câmaras municipais – impossibilitando, assim, o MDB de eleger cinco governadores, uma vez que os emedebistas detinham a maioria em cinco Assembleias estaduais (São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Acre e Amazonas).
- b. Eleições indiretas para um terço das cadeiras no Senado (criando os chamados “senadores biônicos”) por meio do mesmo Colégio Eleitoral que escolheria os governadores, o que garantiria à ARENA 21 cadeiras senatoriais.
- c. A Lei Falcão – inicialmente criada apenas para as eleições municipais – passou a abranger também as eleições legislativas.
- d. Extensão do mandato (de cinco para seis anos) do próximo presidente da República.
- e. Derrubada da exigência dos votos de dois terços do Congresso para aprovação dos projetos de emendas constitucionais, que poderiam ser aprovados com a maioria simples, possibilitando que o governo conseguisse aprovar projetos de emendas constitucionais apenas com os votos da ARENA.
- f. O Executivo poderia introduzir novos impostos, que passariam a vigorar imediatamente.
- g. Ampliação para 30 dias do período de férias remuneradas para os trabalhadores – projeto de autoria do MDB, que foi sistematicamente bloqueado pela ARENA durante cinco anos, mas que foi transformado em decreto-lei para que a ditadura capitalizasse seus benefícios políticos e eleitorais.

Contudo, durante o governo Geisel, as manifestações pelo retorno à democracia ganharam volume, sobretudo a partir de 1977, aglutinando um significativo número de políticos liberais, políticos de esquerda, profissionais liberais, empresários, setores da Igreja católica, intelectuais, professores, estudantes e movimentos sociais numa frente oposicionista que contribuiu para o desgaste da ditadura militar.

Dessa forma, paralelamente ao projeto de distensão política, lento, gradual e seguro (que pretendia descomprimir paulatinamente o regime por meio de uma limitada liberalização), o general-presidente Ernesto Geisel, pressionado por significativos setores da sociedade civil, precisou rever o projeto inicial de distensão política, no qual não pretendia abrir mão do AI-5.

Desse modo, após as negociações empreendidas com representantes da sociedade civil, o governo encaminhou ao Congresso, no final de junho de 1978, um projeto de emenda constitucional que propunha a restauração do *habeas corpus*, a revogação do AI-5, a inviolabilidade para o mandato parlamentar, garantias constitucionais para a magistratura, o retorno do Estado de sítio, a criação do Estado de emergência para condições especiais, a elegibilidade dos políticos cassados e o estabelecimento do pluripartidarismo.¹⁰⁰

Embora atendesse algumas das reivindicações da sociedade civil, o projeto ainda estava longe de introduzir mudanças substanciais no regime, pois no lugar do AI-5 seriam introduzidas as “salvaguardas do regime” (denominadas pela oposição de “entulho autoritário”), assegurando ao presidente o uso de mecanismos constitucionais para combater “ações subversivas, rebeliões e de ameaças à segurança nacional”.¹⁰¹

Em 20 e 21 de setembro de 1978, depois de quase três meses de negociações, o projeto de emenda constitucional que tratava das reformas políticas foi aprovado no Congresso. Com as reformas políticas – que passariam a vigorar a partir de 1º de janeiro de 1979 –, o AI-5 seria extinto após 10 anos de vigência. No entanto, manteve-se uma série de medidas restritivas (as “salvaguardas do regime”), acrescida de uma nova Lei de Segurança Nacional, que passou a vigorar no final de dezembro de 1978. Portanto, com as reformas políticas de 1978, o general-presidente Ernesto Geisel “institucionalizava o regime”, integrando à Constituição as “salvaguardas”. Entretanto, os temas do retorno do pluripartidarismo e da anistia política foram deixados para o futuro general-presidente João Batista Figueiredo, eleito indiretamente em 15 de outubro de 1978.

Um mês antes, em setembro de 1978, ocorreram as eleições indiretas para os governos estaduais e dos “senadores biônicos”. No Paraná, o ministro Ney Braga foi indicado pelo general-presidente Geisel como candidato da ARENA, sendo eleito indiretamente governador. Nesse mesmo pleito indireto, Afonso Alves de Camargo Neto (presidente da ARENA paranaense) foi eleito “senador biônico”.

¹⁰⁰ *Gazeta do Povo*, 24 jun. 1978, p. 1.

¹⁰¹ KINZO, op. cit., p. 195-196.

As eleições parlamentares de 1978 no Paraná

As eleições parlamentares de 1978 movimentaram os bastidores políticos dentro da ARENA paranaense, sobretudo no que tange à definição dos candidatos diretos ao Senado. No entanto, convém observar que os nomes de Paulo Pimentel¹⁰² e do senador dissidente Francisco Accioly Rodrigues da Costa Filho, ambos marginalizados dentro da ARENA paranaense, não eram sequer mencionados, enquanto o senador João de Mattos Leão, que havia se reaproximado do grupo de Ney Braga, foi indicado para assumir um cargo na diretoria regional do Banco do Brasil, o que o levou a renunciar ao seu mandato de senador em maio de 1978.

Em maio de 1978, foram definidas as candidaturas arenistas ao Senado, com os lançamentos dos deputados federais Odilon Túlio Vargas, Joaquim dos Santos Filho e do ex-deputado estadual Cândido Martins de Oliveira, que era ligado a Pimentel. No entanto, o governador Jayme Canet Júnior reagiu de forma contundente, declarando que não apoiaria Cândido e que nem dividiria o palanque com o seu desafeto.¹⁰³

Nas vésperas da convenção estadual da ARENA paranaense, realizada nos dias 3 e 4 de junho de 1978, o deputado federal Joaquim dos Santos Filho desistiu de concorrer ao Senado, pois sentia-se sem apoio e desprestigiado dentro do partido. Assim, na convenção foram homologadas as candidaturas de Odilon Túlio Vargas e de Cândido Martins de Oliveira ao Senado e do ex-governador Paulo Pimentel para a Câmara Federal. Ademais, convém lembrar que o senador dissidente Francisco Accioly Rodrigues da Costa Filho, marginalizado dentro do partido e impedido de concorrer à reeleição ao Senado, não se candidatou para nenhum cargo legislativo. Assim, o respeitado senador paranaense encerraria a sua longa carreira política, iniciada em 1947, quando foi eleito deputado estadual pelo PSD.¹⁰⁴

Contudo, apenas três dias após a convenção, Cândido Martins de Oliveira retirou a sua candidatura ao Senado e desligou-se da ARENA, denunciando que sofria forte boicote dentro do partido e que o governador Jayme Canet Júnior

¹⁰² A candidatura de Paulo Pimentel ao Senado foi vetada por Ney Braga e, sobretudo, por Jayme Canet Júnior. De acordo com Pimentel, Canet disse que usaria a máquina do governo contra a sua candidatura. Cf. *Correio de Notícias*, 23 maio 1978, p. 4.

¹⁰³ *O Estado do Paraná*, 25 maio 1978, p. 3.

¹⁰⁴ Francisco Accioly Rodrigues da Costa Filho foi eleito deputado estadual por três legislaturas seguidas (1947, 1950 e 1954 pelo PSD) e deputado federal também por três legislaturas seguidas (1958 pelo PSD, 1962 pelo PDC e 1966 pela ARENA) antes de ser eleito senador em 1970. Accioly Filho faleceu em novembro de 1979, vitimado por um infarto.

havia colocado a máquina governamental para combater a sua candidatura.¹⁰⁵ Portanto, a ARENA concorreu ao Senado apenas com Odilon Túlio Vargas, que acabou sendo derrotado, nas eleições realizadas em 15 de novembro de 1978, pelo emedebista José Rocha, que foi eleito senador.

Em nível nacional, a ARENA elegeu 15 senadores contra oito do MDB¹⁰⁶ e obteve 55% da representação na Câmara Federal. Além disso, a ARENA também já havia garantido um terço do Senado por meio das eleições indiretas (os “senadores biônicos”, eleitos em setembro), o que garantiu ao governo a maioria no Congresso.¹⁰⁷ No Paraná, a ARENA elegeu 19 deputados federais e 34 deputados estaduais, enquanto o MDB elegeu 15 deputados federais e 24 deputados estaduais. Assim, o futuro governador Ney Braga contaria com o apoio da maioria da Assembleia Legislativa.

A reforma político-partidária de 1979 e o fim do bipartidarismo

Ao assumir a presidência da República, em 15 de março de 1979, o general-presidente João Batista Figueiredo deu continuidade ao projeto de distensão política lenta, gradual e segura, que passou a ser chamado de “abertura”. Dessa forma, os primeiros meses do governo Figueiredo foram marcados pelos debates acerca da anistia política e da reforma político-partidária que determinaria o fim do bipartidarismo.

Contudo, a ditadura militar impôs uma lei de anistia parcial (que excluía os presos políticos e exilados considerados “terroristas”¹⁰⁸) e recíproca (que abrangia também os agentes da repressão, visando a evitar o julgamento de militares e civis acusados por violações de direitos humanos e assassinatos), que foi aprovado no Congresso no dia 22 de agosto de 1979.

Em seguida, a ditadura dedicou-se à reforma político-partidária, visando ao retorno do pluripartidarismo e, sobretudo, à fragmentação da oposição reunida no MDB. Entretanto, a reforma não ameaçava apenas desintegrar o MDB, mas também a própria ARENA, uma vez que o partido governista estava longe de ser unido e coeso. Desse modo, a ditadura procurou concentrar seus

¹⁰⁵ *Gazeta do Povo*, 8 jun. 1978, p. 6.

¹⁰⁶ Além do Paraná, o MDB venceu as eleições para o Senado em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Goiás e Paraíba. In: KINZO, op. cit., p. 202.

¹⁰⁷ KINZO, op. cit., p. 201-202.

¹⁰⁸ No entanto, na prática, estes presos políticos acabaram sendo libertados por outros recursos jurídicos, como revisões de pena e indultos. In: NAPOLITANO, op. cit., p. 299.

esforços em garantir que o partido governista não se fragmentasse, preservando a sua base parlamentar.¹⁰⁹

Assim, a partir de maio de 1979, o general-presidente João Batista Figueiredo, Petrônio Portella (ministro da Justiça) e o senador José Sarney (presidente nacional da ARENA) passaram a articular para que a reforma político-partidária prevísse a extinção dos dois partidos existentes, mas sem causar nenhum efeito negativo ao governo, garantindo a maioria parlamentar com a formação de um novo partido governista. Com José Sarney incumbido da missão de organizar o novo partido governista, a ditadura priorizava a formação de um único e forte partido que lhe garantisse a maioria parlamentar, mas também esperava a formação de um partido independente (que aglutinasse os dissidentes arenistas e os setores liberais e moderados do MDB) e dois partidos opositoristas (o MDB e o PTB – partido extinto pelo AI-2 e que vinha sendo rearticulado), que dividiriam e, assim, enfraqueceriam a oposição.

O projeto governamental de reforma político-partidária foi encaminhado no dia 18 de outubro de 1979 ao Congresso, prevendo o fim do bipartidarismo, a dissolução da ARENA e do MDB e contendo as novas normas para a organização dos partidos políticos. Apesar dos protestos do MDB, o projeto de reforma político-partidária foi aprovado no dia 22 de novembro de 1979. Desse modo, ARENA e MDB deixaram de existir como organizações políticas após 13 anos de limitada participação no sistema político implantado pela ditadura militar.

Com o fim do bipartidarismo e o retorno ao pluripartidarismo foram organizados novos partidos políticos em 1980, como o Partido Democrático Social (PDS)¹¹⁰, sucedâneo da ARENA; o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), herdeiro do MDB; o Partido Popular (PP), organizado por emedebistas “moderados” e dissidentes da ARENA; o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); o Partido Democrático Trabalhista (PDT), de Leonel Brizola; e o Partido dos Trabalhadores (PT), liderado pelo líder sindical Luís Inácio Lula da Silva.

¹⁰⁹ KINZO, op. cit., p. 205-206.

¹¹⁰ A nova nomenclatura do partido governista foi uma estratégia eleitoral que visava a distanciar-se da já desgastada e impopular ARENA, além de dar ao eleitor a impressão de que o PDS era um partido diferente e moderno, preocupado com as demandas sociais e democráticas da sociedade civil. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2008, p. 105.

Considerações Finais

Após o golpe civil-militar de 1964, o governador Ney Braga, líder da “revolução” no Paraná, consolidou-se como o político mais forte, popular e influente do estado. Próximo do marechal-presidente Castelo Branco, Ney Braga liderou o processo de organização da ARENA paranaense, obtendo êxito na tarefa de organizar um forte partido governista no Paraná. No entanto, a trajetória da ARENA paranaense foi marcada por sucessivas crises internas, catalisadas, sobretudo, pela disputa entre Ney Braga e Paulo Pimentel pelo controle do partido.

Com a ascensão do general Arthur da Costa e Silva à presidência da República em 1967, o governador Paulo Pimentel, que havia se aproximado do general-presidente, fortaleceu-se politicamente no Paraná e dentro da ARENA paranaense, inclusive derrotando Ney Braga na convenção estadual de 1969. Assim, Pimentel passou a controlar o diretório estadual da ARENA, reduzindo a força política de Ney Braga dentro do partido.

Entretanto, após o fim do seu governo, Paulo Pimentel foi gradativamente perdendo força política, enquanto Ney Braga foi retomando a hegemonia política no Paraná, que foi definitivamente consolidada após a ascensão do general Ernesto Geisel à presidência da República em 1974. Alinhado ao grupo “castelista-geiselista” e amigo do general-presidente Ernesto Geisel, Ney Braga foi nomeado ministro da Educação e Cultura e tornou-se novamente o político de maior influência no estado. Assim, gozando de enorme prestígio, Ney Braga indicou o então vice-governador Jayme Canet Júnior, homem da sua absoluta confiança, para a sucessão estadual. No entanto, a posição de Ney Braga gerou uma nova crise na ARENA paranaense, desagradando Paulo Pimentel, por ser desafeto político de Jayme Canet Júnior, e os senadores Francisco Accioly Rodrigues da Costa Filho e João de Mattos Leão, que se distanciaram de Ney Braga. Por sua vez, Paulo Pimentel, que teve a sua candidatura ao Senado em 1974 vetada por Ney Braga, rompeu definitivamente com o ministro da Educação.

Em 1975, visando a consolidar o seu controle sobre a ARENA do Paraná, Ney Braga, contando com o apoio do governador Jayme Canet Júnior, indicou Afonso Alves de Camargo Neto para a presidência da Comissão Executiva estadual, fato que foi concretizado na convenção estadual do partido, realizada em agosto de 1975. Dessa forma, a nova Comissão Executiva da ARENA paranaense passou a ser controlada pelos neystas e Ney Braga recuperou definitivamente a sua hegemonia sob o partido. No entanto, os senadores Francisco Accioly

Rodrigues da Costa Filho e João de Mattos Leão reagiram com veemência à eleição de Afonso Alves de Camargo Neto, rompendo com Ney Braga e Jayme Canet Júnior. Como consequência, os dois senadores, juntamente com Paulo Pimentel, foram colocados à margem dentro do partido, agravando a crise interna da ARENA do Paraná.

No que tange às eleições parlamentares, a ARENA obteve excelentes desempenhos eleitorais no Paraná em 1966 e 1970, evidenciando a hegemonia incontestável do partido nesse período. Contudo, a ARENA sofreu um duro revés em 1974, com a vitória do MDB no Senado e o significativo crescimento eleitoral do partido opositor no Paraná. Embora o MDB tenha novamente vencido as eleições senatoriais em 1978, a ARENA conseguiu eleger a maioria dos deputados federais e estaduais paranaenses.

Quadro 3: Resultados eleitorais das eleições parlamentares no Paraná (1966-1978)

| Eleição | Senado | | Câmara dos Deputados | | Assembleia Legislativa | |
|---------|-----------------|-------|----------------------|------------|------------------------|------------|
| | ARENA | MDB | ARENA | MDB | ARENA | MDB |
| 1966 | 1 | ----- | 20 (80%) | 5 (20%) | 37 (82%) | 8 (18%) |
| 1970 | 2 | ----- | 19 (82,6%) | 4 (17,4%) | 38 (80,8%) | 9 (19,2%) |
| 1974 | ----- | 1 | 15 (50%) | 15 (50%) | 29 (53,7%) | 25 (46,3%) |
| 1978 | 1 (indireto) | 1 | 19 (55,9%) | 15 (44,1%) | 34 (58,6%) | 24 (41,4%) |

Fonte: quadro elaborado pelo autor a partir dos dados de IPARDES. *Resultados eleitorais: Paraná (1945-1982)*. Curitiba: IPARDES, 1989.

Em março de 1979, Ney Braga assumiu novamente o governo do Paraná, sendo incumbido de organizar o novo partido governista, o Partido Democrático Social (PDS). Durante esse processo, Ney Braga se reconciliou com Paulo Pimentel e utilizou da sua influência política para aglutinar todas as alas da extinta ARENA para o novo partido, que passou a ser presidido pelo deputado federal Norton Macedo Correia.

Líder incontestado do PDS paranaense, o governador Ney Braga ambicionava concorrer ao Senado em 1982 e à presidência da República em 1984. Para o governo do Paraná, embora tivesse declarado sucessivas vezes que o candidato do PDS seria escolhido pela convenção do partido, Ney Braga impôs Saul Raiz como candidato do PDS, gerando um grande descontentamento interno no partido.

Entretanto, nas eleições de 1982, o desgaste da ditadura militar e do seu partido (PDS) e a grave crise econômica e inflacionária foram importantes fatores que contribuíram para a vitória da oposição em vários estados do país. No Paraná, após 17 anos, os paranaenses voltaram a escolher, por meio do voto direto, o governador do estado, elegendo o pemedebista José Richa. Para o Senado, o pemedebista Álvaro Dias derrotou Ney Braga.

A vitória acachapante do partido oposicionista no Paraná, elegendo também a maioria dos deputados federais e estaduais¹¹¹ e conquistando a maioria das prefeituras e legislativos municipais, representaria o início do predomínio do PMDB no Paraná durante a década de 1980 e início dos anos 1990. Por outro lado, a derrota do PDS de Ney Braga representaria o início da *débâcle* do neysmo. Associado à ditadura militar, Ney Braga foi o político mais forte e influente do Paraná durante a vigência do regime. O início do seu declínio político coincide com o momento em que a ditadura militar encontrava-se desgastada e em fase de desagregação.

Referências

BATISTELLA, Alessandro. *O Partido Trabalhista Brasileiro no Paraná (1945-1965)*. Curitiba: UFPR, 2016.

----- . *A ditadura militar e o bipartidarismo: gênese e trajetória da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) no Paraná (1965-1982)*. Curitiba: CRV, 2019.

AZEVEDO, Débora B. de; RABAT, Márcio Nuno. *Parlamento mutilado: deputados federais cassados pela ditadura de 1964*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2012.

CHAGAS, Carlos. *A guerra das estrelas (1964-1984): os bastidores das sucessões presidenciais*. 4. ed. Porto Alegre: L&PM, 1985.

CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

DELGADO, Márcio de Paiva. *A Frente Ampla de oposição ao regime militar (1966-1968)*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.

¹¹¹ Na Câmara dos Deputados, o PMDB elegeu 20 deputados federais contra 14 do PDS. Na Assembleia Legislativa, o PMDB elegeu 34 deputados estaduais contra 24 do PDS, enquanto os partidos menores (PTB, PT e PDT) não elegeram nenhum parlamentar.

FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

GRINBERG, Lucia. *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

IPARDES. *Resultados eleitorais: Paraná (1945-1982)*. Curitiba: IPARDES, 1989.

KINZO, Maria D'Alva Gil. *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)*. São Paulo: Vértice, 1988.

KUNHAVALIK, José Pedro. Ney Braga: trajetória política e bases do poder. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa (Org.). *A construção do Paraná moderno: políticos e política no governo do Paraná de 1930 a 1980*. Curitiba: SETI, 2004.

MARTINS FILHO, João Roberto. *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Carlos: EDUFSCar, 1995.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

_____. Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 38, n. 79, 2018.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

REBELO, Vanderlei. *Ney Braga, a política como arte*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2004.

SANT'ANA, Hugo. *Paulo Pimentel: momentos decisivos*. Curitiba: Travessa dos Editores, 2008.

Artigo recebido para publicação em 30/04/2021

Artigo aprovado para publicação em 18/08/2021